



Orçamento 2024

Congresso prevê quase R\$ 25 bilhões para emendas sem transparência

— Montante está previsto nas transferências de comissão e especiais (as ‘emendas Pix’); modalidades são marcadas por omissões dos nomes dos autores e do uso do dinheiro público

ANDRÉ SHALDERS
BRASILIA

O pagamento de emendas parlamentares sem transparência continuará em 2024 por decisão do Congresso, em valores que somam quase R\$ 25 bilhões. No Orçamento deste ano, a falta de transparência se dá em duas frentes: nas emendas de comissão e nas transferências especiais, conhecidas como “emendas Pix” – juntas, elas representam quase a metade do total de emendas parlamentares.

No primeiro caso, que soma cerca de R\$ 16,7 bilhões, os nomes dos autores das indicações são omitidos – tudo o que aparece é o nome do colegiado, e não do parlamentar que patrocinou o envio dos recursos, numa situação similar à do antigo orçamento secreto, revelado pelo Estadão. Já nas emendas Pix, fixadas em R\$ 8,1 bilhões, os autores são conhecidos, mas o uso do dinheiro se torna opaco.

Calendário

Lula sancionou, com veto a um rito de distribuição de emendas impositivas, a Lei de Diretrizes Orçamentárias

Emendas parlamentares são modificações feitas por deputados e senadores ao Orçamento da União para destinar dinheiro federal a obras e serviços públicos nos municípios onde eles têm votos.

Ao longo da campanha presidencial de 2022, o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fez duras críticas ao mecanismo do orçamento secreto. Tratava-se do uso das chamadas “emendas de relator-geral”, designadas no Orçamento pelo código RP-9, para distribuir recursos para obras e serviços nas cidades, sem que os verdadei-

ros autores das indicações fossem conhecidos. Iniciado em 2020, foi usado por Jair Bolsonaro (PL) para ganhar apoio no Congresso. A prática foi banida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no fim de 2022.

Um ano depois de eleito, no entanto, Lula viverá situação parecida. Em 2024, o Congresso terá até R\$ 53 bilhões em emendas parlamentares. O montante é inédito e foi viabilizado por cortes na principal iniciativa do terceiro mandato do petista: o novo Programa de Aceleração do Crescimento (o Novo PAC).

O valor das emendas representa um aumento significativo, tanto em relação ao proposto pelo Executivo para 2024 (R\$ 37,6 bilhões) quanto em relação ao montante de 2023 (R\$ 36,5 bilhões). Além disso, o Orçamento de 2024 também poderá ter regras para a execução das emendas, com potencial de reduzir o poder de barganha do Executivo frente ao Congresso.

Lula ainda não sancionou o Orçamento de 2024 aprovado pelo Congresso na última sessão do ano, mas tem poder de vetar a destinação de recursos para emendas parlamentares, incluindo para as modalidades sem transparência – a expectativa, porém, é a de que não faça isso. O prazo para a sanção do Orçamento é até 22 de janeiro. O presidente já sancionou, com vetos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), uma das legislações que vão nortear o Orçamento. Entre os dispositivos vetados por Lula estão trechos do calendário para a distribuição de emendas impositivas, ou seja, de pagamento obrigatório.

RP-8. Um tipo de emenda parlamentar sem transparência foi o que mais cresceu em 2024: as emendas de comissão. Identificadas pelo código RP-8, elas passarão de R\$ 6,89 bilhões

RECURSOS

A emenda de comissão, um tipo de emenda parlamentar sem transparência, foi a que mais cresceu em 2024

Emendas sem transparência previstas no Orçamento

R\$ 24,8 bilhões

EMENDAS DE COMISSÃO
R\$ 16,7 BILHÕES

EMENDAS PIX
R\$ 8,1 BILHÕES

Comissões superpoderosas

Os colegiados do Congresso com mais emendas de comissão no Orçamento de 2024

COMISSÃO DE SAÚDE DA CÂMARA	R\$ 4,5 BILHÕES	27,1%
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DO SENADO	R\$ 4,3 BILHÕES	26,2%
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA CÂMARA	R\$ 1,4 BILHÃO	8,3%
COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL DA CÂMARA	R\$ 1,2 BILHÃO	7,3%
COMISSÃO DE ESPORTE DA CÂMARA	R\$ 1,1 BILHÃO	6,9%
COMISSÃO DE TURISMO DA CÂMARA	R\$ 950,1 MILHÕES	5,7%

FONTES: PARCER DA CMO A LOA 2024 / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Para entender

● Transferência especial (‘emenda Pix’)

Mecanismo permite repasses sem que o parlamentar defina como deve ser usado o dinheiro pelo destinatário. Assim, prefeituras e governos estaduais têm liberdade para gastar a verba. Não há instrumento formal de prestação de contas

● Emenda de comissão

Recurso indicado por comissões da Câmara e do Senado para ministérios correspondentes, como Saúde, Educação e Desenvolvimento Regional. Não é possível saber quem são os verdadeiros autores das indicações

em 2023 para R\$ 16,7 bilhões este ano. O aumento foi feito pelo relator-geral, o deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP), e viabilizado pelo corte de recursos no Novo PAC.

Assim como no antigo orçamento secreto, as bancadas de comissão tornam impossível saber quem são os verdadeiros autores das indicações: um só parlamentar – o presidente da comissão – negocia com o Executivo como os recursos serão usados. Ele o faz acolhendo sugestões dos demais congressistas, cujos nomes ficam ocultos.

No ano passado, 85% do valor das emendas de comissão foram concentrados em um único colegiado: a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado, presidida pelo senador Marcelo Castro (MDB-PI), que foi também

o relator do Orçamento de 2023. Formalmente, é como se Castro dispusesse dos R\$ 6,5 bilhões da comissão para indicar. Na prática, ele distribuiu o dinheiro entre indicações de vários congressistas, como ele próprio afirma em uma publicação no Instagram. Os nomes dos demais congressistas, no entanto, ficaram ocultos.

AUDITORIA. Como mostrou o Estadão, Castro enviou R\$ 38,2 milhões em emendas de comissão para uma obra de esgotamento sanitário tocada pela empreiteira do irmão dele, no município de Floriano (PI). A obra é viabilizada por meio de um convênio entre a prefeitura e a Superintendência da Codevasf no Piauí, comandada por um filho do senador. Em 2019, uma auditoria da Controladoria-Geral da União encontrou evidências de superfaturamento de pouco mais de R\$ 2 milhões na obra, cujo contrato já foi postergado por 18 aditivos ao contrato original.

Castro nega ter sido o responsável pelo envio do dinheiro e diz que não privilegiou o Piauí na distribuição das emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional. Em 2024, ele continuará presidindo o colegiado e terá à disposição até R\$ 4,3 bilhões em emendas de comissão, ou 26,2% do total.

O chefe da Comissão de Saúde da Câmara, ainda a ser eleito, terá R\$ 4,5 bilhões à disposição (ou 27,1%). Outras três comissões da Câmara terão mais de R\$ 1 bilhão (Desenvolvimento Urbano, Integração Nacional e Esporte). Já a Comissão de Turismo da Câmara terá R\$ 950,1 milhões.

Os valores acima são aproximados, e os montantes finais só serão conhecidos em meados de janeiro, quando o texto final do Orçamento de 2024 for divulgado. ●

PGR pede que condenação de Feliciano seja mantida

O subprocurador-geral da República Luiz Augusto Santos Lima defendeu a manutenção, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), da condenação do deputado Marco Feliciano (PL-SP) ao pagamento de R\$

100 mil por ofender a população LGBT+, “reforçando este reatamento e fomentando a intolerância e a discriminação, sob apelo moral e religioso”.

Ao STF, Feliciano invocou liberdade religiosa e imunidade

parlamentar, sustentando que suas declarações não incidiram em discurso de ódio. A reportagem entrou em contato, por e-mail, com o gabinete do deputado, mas não havia resposta até a noite de ontem.

O parecer foi emitido em recurso de Feliciano contra decisão da 13.ª Vara Cível de São Paulo, mantida pelo Tribunal de Justiça. O processo foi movido pela Associação Brotar pela Cidadania e Diversidade Sexual, que sustentou que o deputado “ofendeu a comunidade LGBT, alegando que todos

os gays não são humanos”.

O caso foi motivado por declarações de Feliciano sobre a performance da atriz trans Viviany Belebony, na Parada LGBT+ de 2015. Ela desfilou em trófeu elétrico crucificada como Jesus Cristo, em protesto contra mortes da população LGBT+. ● **PEPITA ORTEGA**